**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR TERCEIRO VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Processo N° 0815762-15.2023.8.19.0001 – Recurso Especial Cível**

**ROSELI MEDEIROS SOLIDADE DOS SANTOS** (a “Autora” – Apelante/Recorrida), já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe ajuizada em face de **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** (o “Réu” ou “ERJ”, o Apelado/Recorrente), vem, através de seus advogados, à presença desse D. Juízo, com fundamento no nos termos do artigo 1.030, do CPC, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL**

nos termos das razões em anexo, requerendo sua inadmissão e, se eventualmente superado o juízo de admissibilidade, a remessa dos autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Termos em que,

pede deferimento.

Niterói, 15 de dezembro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **LIZ WERNER**  **OAB/RJ 184.888** | **THIAGO JOSÉ AGUIAR DA SILVA**  **OAB/RJ 213.181** |

**EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Processo de origem: 0815762-15.2023.8.19.0001 da Comarca da CAPITAL - Estado do Rio de Janeiro**

**Recorrente: Estado do Rio de Janeiro**

**Recorrida: Roseli Medeiros Solidade dos Santos**

**RAZÕES DA RECORRIDA**

**A) DA TEMPESTIVIDADE**

A Recorrida sequer foi intimada a apresentar contrarrazões, sendo, portanto, a presente peça tempestiva.

**B) BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Trata-se de ação ordinária por meio da qual a parte Autora busca a implementação do piso salarial estabelecido pela Lei nº 11.738/2008 e o pagamento dos valores retroativos.

Houve Sentença julgando procedente os pedidos, a qual foi objeto de Recurso de Apelação pelo Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro também não teve sorte com o recurso de Apelação, o qual foi julgado a favor da Requerida/parte Autora.

Diante do desprovimento do Recurso de Apelação, o Estado do Rio de Janeiro interpôs Recurso Especial que também não merece provimento como será melhor explanado abaixo.

**C) O Recurso Especial**

O Recorrente interpôs o Recurso Especial, em que requer a reforma do acórdão recorrido, ou para que seja determinada a suspensão do feito, ou julgar extinto o feito.

Contudo, como será demonstrado a seguir, o Recurso Especial interposto é totalmente inadmissível e, na remota eventualidade de superado o juízo de admissibilidade, tampouco merece melhor sorte no mérito.

1. **QUESTÕES PRELIMINARES**

**Ausência de Prequestionamento**

Inicialmente, é imperioso destacar a falta de prequestionamento de alguns dos dispositivos tidos como violados, notadamente uma (1) “divergência jurisprudencial” com o Estado de Santa Catarina (Decisões que o Estado não foi capaz de comprovar similaridade, uma vez que não há qualquer comprovação entre as legislações estaduais para verificar se o caso é em si idêntico); em seguida temos (2) a alegada violação ao Art. 17 do CPC, pois não se verificaria o interesse da Autora; em seguida (3) a violação ao art. 1.039 do CPC, a qual não possui qualquer cabimento com o caso em comento, pois não seria possível aplicar a regra para Recursos Especial e Extraordinário à Decisão de Tribunal terceiro. Portanto, as alegadas “violações” tratam de matérias não ventiladas nas razões da apelação.

Ainda, o Recorrente, em seu Recurso Especial, não devota sequer um parágrafo para tentar alegar que procedera com o prequestionamento das questões ventiladas em seu recurso, não demonstrando em que medida a questão controvertida foi enfrentada em sede recursal.

Como brilhantemente ressalta o mestre e hoje desembargador do TJRJ, Alexandre Câmara, para que haja prequestionamento é imperativo que a decisão recorrida seja EXPRESSA acerca do tema objeto do recurso (ainda que o tema seja de ordem pública). Se não for, o único remédio capaz de sanar essa omissão são os embargos de declaração. No entanto, eles sequer foram opostos pelo Recorrente. Vejamos o ensinamento do ilustre autor:

“Por prequestionamento quer-se significar a exigência de que a decisão recorrida tenha ventilado a questão (federal ou constitucional) que será objeto de apreciação do recurso especial ou extraordinário. Em outros termos, não se admite que, no recurso especial ou extraordinário, se ventile questão inédita, a qual não tenha sido apreciada pelo órgão *a quo*.

Este requisito de admissibilidade decorre do próprio texto constitucional, que admite o recurso extraordinário e o especial apenas contra “causas decididas”. Assim sendo, é preciso que a matéria objeto do recurso haja sido suscitada e decidida pelo órgão *a quo*, para que possa ser apreciada no recurso excepcional. Omissa a decisão contra a qual se queira opor o recurso excepcional, faz-se necessária a interposição de embargos de declaração, com o fim de prequestionar a questão federal ou constitucional.

Deve, pois, haver prequestionamento, para que o recurso especial e extraordinário possam ser admitidos. A impossibilidade de conhecimento de questões que não tenham sido objeto de decisão **expressa** pelo órgão *a quo* impede, até mesmo, que o STJ e o STF, quando do julgamento dos recursos aqui considerados, apreciem questões de ordem pública, que poderiam ser examinadas de ofício (como as “condições da ação” e os pressupostos processuais), mas que não tenham sido alvo de prequestionamento.” (grifou-se)

No tocante à ausência de manifestação expressa na decisão recorrida, a questão já está há muito tempo solidificada neste E. Superior Tribunal de Justiça, notadamente pela Súmula 211, *in verbis*:

“Súmula 211: Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*”.

Diante de todo o exposto, não há alternativa senão a inadmissão do presente recurso especial por falta de prequestionamento, gritante pela ausência de manifestação expressa do Acórdão Recorrido acerca das matérias que se recorre.

**Da violação à súmula nº 7 do STJ e**

**Da aplicação analógica da súmula 280 do STF**

Levando em consideração a inquestionável constitucionalidade da Lei Federal nº 11.738/2008, o acórdão recorrido baseou-se nas Leis Estaduais nº 5.539/2009 e nº 1.614/90, bem como a aplicação destas ao caso concreto, com a análise do escopo fático-probatório apresentado no processo que comprovou a carga horária da Recorrida, o nível/referência e o cargo o qual ela pertencia, alcançando-se a seguinte conclusão:

Ementa do acórdão recorrido

[...]. **No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o plano de carreira do magistério está regulamentado pela Lei nº 5.539/2009**, que alterou a Lei nº 1.614/1990, dispondo, **em seu artigo 3º, que o vencimento-base dos cargos guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre as referências, e o cálculo do reajuste, para aplicação do valor proporcional do piso nacional do magistério, em relação ao cargo de Professor Docente I**, deverá ocorrer a partir da referência 1**.**

**Demandante que comprova que é professora da rede pública estadual, classe Docente I, nível D, referência 6, matrícula nº 00-0917832-8, com carga horária de 16 horas semanais**.

[...] **Servidora que faz jus à adequação de vencimentos postulada**, devendo o cálculo ser realizado, em consonância com o disposto na sentença, observando-se a classe professor Docente 1, nível D, referência 6, de forma proporcional à carga horária semanal, a partir da referência 1; bem como ao pagamento das diferenças salariais. [...]

Assim, inviável, em Recurso Especial, analisar legislação infraconstitucional local, uma vez que "a atuação do Superior Tribunal adstringe-se ao exame do direito federal, não lhe cabendo proceder à exegese da legislação local, nem mesmo para efeito de uniformização de jurisprudência, sob pena de exorbitar da sua competência constitucional, incidindo, na espécie, *mutatis mutandis*, o Enunciado da Súmula 280/STF, segundo a qual 'por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'" (STJ, PUIL 2.303/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 29/09/2021).

Inviável, ainda, Recurso Especial para o reexame dos fatos e provas nos autos, conforme súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, que prevê expressamente que: “*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”.

Neste sentido, cabe destacar o entendimento jurisprudencial sobre a aplicação das mencionadas súmulas:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CARACTERIZADA. PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E EM LEGISLAÇÃO LOCAL**. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF.** 1. [...]. 4. **É inviável, portanto, analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ**. Ademais, conforme consignado na decisão agravada, verifica-se que a matéria foi dirimida pelo Tribunal a quo com base no disposto em lei local. **Dessa forma, descabe rever o julgado em Recurso Especial, ante o disposto na Súmula 280/STF. 5. "Nos termos da Súmula 280 do STF, é defesa a análise de lei local em sede de recurso especial, de modo que, uma vez determinado pela Lei n. 11.738/2008 que os entes federados devem fixar o vencimento básico das carreiras no mesmo valor do piso salarial profissional, compete exclusivamente aos tribunais de origem, mediante a análise das legislações locais, verificar a ocorrência de eventuais reflexos nas gratificações e demais vantagens, bem como na carreira do magistério**" (EDcl no REsp 1.426.210/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 1º/9/2017). 6. Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.848.318/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 29/4/2020, DJe de 7/5/2020.)

Diante do exposto, como eventual debate acerca da controvérsia recursal demandaria incursão na seara fático- probatória dos autos, a incidência da Súmula n. 7/STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, como ora vejamos:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PISO NACIONAL PARA PROFESSORES. PAGAMENTO PROPORCIONAL À CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da efetiva implantação do piso salarial do magistério, bem como da jornada de trabalho realizada pela autora, tal como colocada a questão nas razões recursais, **demandaria, necessariamente**, **novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, o que impede, também, o conhecimento do apelo com base na existência do alegado do dissídio jurisprudencial.** 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp n. 1.012.932/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 15/8/2017, DJe de 25/8/2017.)

Desse modo, o Recurso Especial interposto merece ser inadmitido.

**Acórdão que está em conformidade com a jurisprudência do STJ**

Conforme o art. 1.030, I, “b”, o recurso especial não será admitido nos casos em que o acórdão recorrido estiver em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, quando houver sido exarado no regime de recurso repetitivo, veja:

1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

 I – **negar seguimento**: […]

b) a recurso extraordinário ou a **recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento** do Supremo Tribunal Federal ou do **Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos**

Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1426210 / RS (tema 911), submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou a seguinte tese:

Tema nº 911 - “A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, §1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional dos professores, sendo **vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior**, não havendo determinação de **incidência automática** em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente **ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais”.**

Ou seja, além de vedar a fixação de vencimento básico inferior ao piso, também firmou o entendimento de que a incidência automática do piso salarial profissional nacional às classes e níveis superiores da carreira do magistério está condicionada à existência de legislação local.

Pode-se concluir, portanto, que o piso nacional vigente deve ser considerado para fins de fixação dos vencimentos dos níveis superiores da carreira do magistério estadual, em consonância ao disposto no artigo 6º da Lei nº 11.738/2008.

No presente caso, o plano de carreira do magistério do Estado do Rio de Janeiro está regulamentado pela Lei nº 5.539/2009, que alterou a Lei nº 1.614/1990, dispondo, em seu artigo 3º, que o vencimento-base dos cargos guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências.

Assim, o acórdão recorrido, ao determinar o recebimento pela Recorrida do piso nacional, determinado pela Lei nº 11.738/2008, observando-se o interstício de 12% (doze por cento) entre as referências, além do pagamento das diferenças devidas, conforme previsão da mencionada legislação estadual, encontra-se em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, deve ser negado seguimento ao recurso especial, conforme prevê o art. 1.030, I, b, do CPC.

**Da não demonstração de violação da lei federal**

Conforme o art. 105, III, a, da Constituição Federal e o artigo 1.029 do Novo Código de Processo Civil, o recurso especial será cabível quando houver decisão que viole lei federal ou a interprete de forma diferente de outros tribunais.

Contudo, tem-se que a Recorrente não demonstrou a violação de lei federal, invocando, unicamente, argumentos que demonstram seu **mero inconformismo com a correta aplicação da lei.** Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. [...]. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Não ficou configurada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. **O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.**2. Reverter a conclusão do Colegiado originário, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento de cláusulas contratuais e do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3**.** A incidência da Súmula n. 7/STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, dado que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão recorrido, tendo em vista a situação fática de cada caso. 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1896590/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 24/09/2021.

Frisa-se, ainda, que a jurisprudência do STJ considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal, como ora vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS.DEVOLUÇÃO DE VALORES. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AOS ARTS. 932, III, E 1.010, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. I - [...]. IV - **Quanto ao mérito do recurso, tem-se que a via estreita do recurso especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo mencionado nas razões do recurso, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a alegação genérica, sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido teria violado os dispositivos legais apontados, caracteriza deficiência de fundamentação, fazendo incidir, por analogia, o disposto no enunciado n. 284 da Súmula do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."** V - Ademais, a Corte de origem analisou a controvérsia dos autos levando em consideração os fatos e provas que envolvem a matéria. Assim, para se chegar à conclusão diversa, seria necessário o reexame fático-probatório, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual "a pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial". VI - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1823200/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 22/09/2021)

Dessa forma, tem-se que o recurso especial não atende aos requisitos necessários para seguir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**Da não demonstração de dissídio jurisprudencial**

O art. 1.029 do CPC estabelece os ordenamentos que a parte deve atender quando da interposição do Recurso Especial:

Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na [Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm), serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão: [...]

§ 1º **Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial**, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, com indicação da respectiva fonte, devendo-se, em qualquer caso, **mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.**

Analisando a peça recursal, é possível verificar que não foi atendida a exigência estabelecida no §1, do art. 1.029, do CPC, o que por si só ensejaria a não admissibilidade do Recurso.

No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de justiça, que exige a apresentação do devido cotejo analítico entre os julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PISO SALARIAL NACIONAL. MAGISTÉRIO. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EM FATOS E PROVAS E EM LEI LOCAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. PRECEDENTES. **DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO**. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. [...]. II. Na origem, trata-se de demanda proposta por professora da rede pública estadual, objetivando a revisão de seus rendimentos de acordo com o "Piso Nacional do Magistério Público", instituído pela Lei 11.738/2008. III. [...] IV. Ademais, **deixando a recorrente de demonstrar, mediante a realização do devido cotejo analítico, nos moldes legais e regimentais, a existência de similitude das circunstâncias fáticas e de direito, nos acórdãos recorrido e paradigmas**, fica desatendido o comando dos arts. 541 do CPC/73 e 255 do RISTJ, o que **impede o conhecimento do Recurso Especial, interposto pela alínea c do permissivo constitucional.** V. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp n. 716.818/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 21/6/2016, DJe de 28/6/2016.)

Cumpre destacar que a mera transcrição de ementas não serve para a comprovação do dissídio, sendo necessário o cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e o paradigma, como ora vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. **DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA**, NOS TERMOS DO ART. 541, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC E DO ART. 255, §§ 1º E 2º, DO RISTJ. ACÓRDÃO RECORRIDO COM BASE EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. INCIDÊNCIA. NECESSIDADE DE REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. **Na forma da jurisprudência do STJ, "o conhecimento de recurso especial fundado na alínea c do art. 105, III, da CF/1988 requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos** (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) **impede o conhecimento do recurso especial**" (STJ, AgRg no REsp 1.420.639/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/04/2014), tal como ocorreu, no caso.II. [...]. IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 723.237/RN, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 27/10/2015, DJe de 10/11/2015.)

O cotejo analítico possui a finalidade de demostrar tanto a similitude fática quanto a diversidade de tese jurídica. Entretanto, no presente caso, sequer ficou evidenciada a similitude fática entre os casos colacionados que teriam recebido interpretação divergente pela jurisprudência pátria.

Com relação à indispensável realização do cotejo analítico do dissídio jurisprudencial invocado, destacam-se os julgados abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. **DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.** FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ANÁLISE DE NORMA LOCAL. SÚMULA 280/STF. REEXAME PROBATÓRIO VEDADO. SÚMULA 7/STJ. 1. **A recorrente deixou de estabelecer, com a precisão necessária, quais dispositivos de lei federal foram objeto do dissídio jurisprudencial alegado**. **A mera menção a dispositivos de lei federal ou mesmo a narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate, sem que se aponte a contrariedade ou a negativa de vigência pelo julgado recorrido, não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal**. Não conhecimento pelo óbice, por analogia, da Súmula 284/STF 2**. Além disso, é indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, o que não se configura com a simples colagem de ementas, como fez a parte recorrente**. 3. [...] 4. A análise da tese demanda averiguação do cumprimento da norma local, vedada pelo enunciado da Súmula 280/STF, segundo o qual, "por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário", o que enseja o não conhecimento do Recurso Especial. 5. Ademais, requer-se o efetivo cotejo dos vencimentos da parte com os comandos legais, o que implica reexame probatório vedado pela Súmula 7/STJ. 6. Recurso Especial não conhecido. (REsp n. 1.843.917/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/12/2019, DJe de 12/5/2020.)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. **AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NO ART. 105, III, C, DA CF/88, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM.** DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. [...]. III. **A falta de particularização, no Recurso Especial - interposto, no caso, com fundamento no art. 105, III, c, da CF/88 -, dos dispositivos de lei federal que teriam sido objeto de interpretação divergente, pelo acórdão recorrido, consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal** ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; [...]. IV. Segundo **a jurisprudência do STJ, "o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo iura novit curia e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente"** (STJ, AgInt no AREsp 1.411.032/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 30/9/2019). V. Agravo interno improvido. (AgInt no REsp n. 1.906.289/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 3/5/2021, DJe de 6/5/2021.)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. OFENSA À LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. **DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.** [...] 8. **Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.** 9. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 799.127/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18/2/2016, DJe de 19/5/2016.)

Neste sentido, novamente, o recurso especial não atende aos requisitos necessários para seguir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

­­­­­

1. **MÉRITO**

Caso superado o juízo de admissibilidade, o que apenas se admite para fins de argumentação, também é importante deixar claro que no mérito o Recorrente não merece melhor sorte, eis que não trouxe em si nenhum fundamento apto a reformar o Acórdão Recorrido.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Art. 489, §1º, inciso VI do Código de Processo Civil –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Há alegação de que o art. 489, §1º, inciso VI do Código de Processo Civil teria sido violado, vejamos o artigo dito como violado:

“Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento”.

A violação seria que o Tribunal deixou de aplicar Tema n.º 589 do STJ, vejamos o tema:

“Ajuizada ação coletiva atinente a macro-lide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva.”

Ora, o E. Superior Tribunal de Justiça fixou o Tema 589 no julgamento do RESP nº 1353801/RS, na sistemática dos recursos repetitivos, reconheceu a possibilidade de suspensão das demandas individuais, **não havendo imposição obrigatória da suspensão das demandas individuais**.

Assim, não há que se falar em violação do art. 489, §1º, inciso VI do Código de Processo Civil.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Art. 17 do Código de Processo Civil –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

O art. 17 do CPC determina que “*para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade*”, como restou claro a parte autora possui ambos os requisitos. O Estado não junta aos autos qualquer cálculo que tente demonstrar que haveria qualquer tipo de cumprimento ao piso nacional.

Trata-se de alegação meramente protelatória e sem qualquer base ou provas, restando claro que não há qualquer violação ao referido artigo.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Art. 1º da Lei 11.738/2008 –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Neste tópico é de grande importância relembrar as Legislações que estão em vigor e que tratam sobre a carreira do magistério estadual do Estado do Rio de Janeiro:

* Constituição da República Federativa do Brasil (notadamente seus arts. 39, § 1º e 206);
* Lei Federal nº 11.738/2008 (a qual fixa o piso nacional dos profissionais do magistério público);
* Lei Estadual nº 1.614/ 1990 (dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual no Estado do Rio de Janeiro);
* Lei Estadual nº 5.539/09;
* Lei Estadual nº 5.584/09
* Lei Estadual nº 6.834/14;

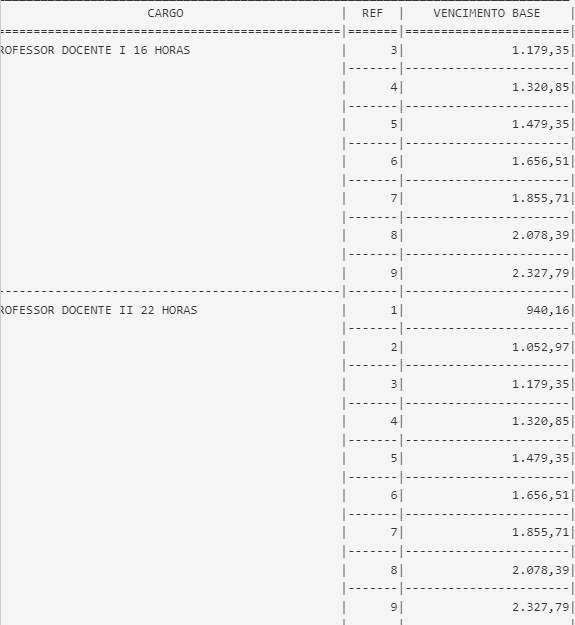
É importante ressaltar cada uma das Legislações Estaduais acima destacadas:

**Lei Estadual nº 1.614/ 1990** - a referida lei dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual no Estado do Rio de Janeiro e encontra-se em vigor apenas com alguns pontos desta revogados por leis posteriores. **Legislação permanece em vigor**.

**Lei Estadual nº 5.539/09** - a Lei permanece em vigor, revogou os artigos 35 e 36 da Lei nº 1614/90, esta Lei determina em seu art. 3º que “*o vencimento-base dos cargos a que se refere a Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990, guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências*”. **Legislação permanece em vigor**.

**Lei Estadual nº 5.584/09** – a Lei trata do plano de cargos e vencimentos para os Professores Docentes I e Professores Docentes II, ressaltando no art. 3º, parágrafo único que “*o vencimento-base dos cargos a que se refere a presente Lei guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências*”. **Legislação permanece em vigor**.

**Lei Estadual nº 6.834/14** – diferentemente do apontado pelo Estado do Rio de Janeiro que tenta levar este juízo a erro, a Lei trata de: “*majora o vencimento-base das categorias funcionais que menciona*”, não qualquer menção de revogação de qualquer artigo das legislações anteriores e, coincidentemente, a majoração possui um intervalor de 12% entre os níveis (?!?):



1.179,35 + 12% (141,52) = 1.320,87

1.320,85 + 12% (158,50) = 1.479,35

1.479,35 + 12% (177,52) = 1.656,87

1656,51 + 12% (198,78) = 1.855,29

1855,71 + 12% (222,68) = 2.078,39

2.078,39 + 12% (249,40) = 2.327,79

-----------------------------------------------------------------

940,16 + 12% (112,81) = 1.052,97

1.052,97 + 12% (126,35) = 1.179,32

1.179,35 + 12% (141,52) = 1.320,87

1.320,85 + 12% (158,50) = 1.479,35

1.479,35 + 12% (177,52) = 1.656,87

1.656,51 + 12% (198,78) = 1.855,29

1.855,71 + 12% (222,68) = 2.078,39

2.078,39 + 12% (249,40) = 2.327,79

A Lei que **majora** os valores obedece a Lei que determina o interstício de 12% entre as referências/níveis.

Ressaltando-se quais as leis vigentes e aplicáveis ao caso, prossigamos.

O Estado traz como título de seu tópico: “*CONCEITO DE PISO SALARIAL: PISO APLICÁVEL AOS VENCIMENTOS INICIAIS DA CARREIRA E DECISÃO NA ADI 4.167*” e como subtítulo: “*VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1º DA LEI 11.738/08*”. Ocorre que, por mais que o art. 1º esteja mencionado no subtítulo, este não é mencionado em nenhum outro momento da peça processual.

Assim, este tópico recursal, além de tentar rediscutir o mérito da ação, o que é vedado pela súmula 07 do STF (acima explanado), sequer foi mencionado anteriormente.

Além disto, o Estado tenta levar o juízo a erro ao afirmar que: “*O Supremo Tribunal Federal não autorizou que o piso fosse aplicado automaticamente a cada nível de determinada carreira de profissionais da educação. A aplicação automática se dá, tão somente, ao vencimento inicial*”. Continua a seguir afirmando que entender contrário a isso ensejaria violação ao sistema remuneratório constitucional do servidor, contudo, esta não é a verdade.

Conforme o princípio da legalidade administrativa, o poder público deve atuar em conformidade com o que o ordenamento jurídico determina, assim, não se está falando em uma aplicação automática ou de determinação de aumento pelo judiciário ou qualquer outra alegação vazia do Estado Réu, o que se está requerendo é que **toda a legislação seja aplicada**, tanto a **Lei Federal,** que apenas determinou um valor mínimo a ser recebido, como as **legislações estaduais**, que determinaram a forma que o pagamento dos servidores ocorre.

O único problema que se encontra no momento é que o Estado do Rio de Janeiro não possui qualquer intenção de cumprir a Lei Federal. Caso o provento dos professores fosse acima do piso, não haveria discussão nesse sentido. Contudo, sequer no nível inicial o Estado cumpre com o pagamento do Piso Nacional, vejamos no exemplo do Docente II:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 22h | Piso Nacional 2023 | valor Estadual 2023 | Diferença 2023 |
| Nível 01 | R$ 2.431,30 | R$ 1.062,85 | R$ 1.368,45 |
| Nível 02 | R$ 2.723,05 | R$ 1.190,38 | R$ 1.532,67 |
| Nível 03 | R$ 3.049,81 | R$ 1.333,26 | R$ 1.716,55 |
| Nível 04 | R$ 3.415,78 | R$ 1.493,22 | R$ 1.922,56 |
| Nível 05 | R$ 3.825,67 | R$ 1.672,41 | R$ 2.153,26 |
| Nível 06 | R$ 4.284,75 | R$ 1.872,68 | R$ 2.412,07 |
| Nível 07 | R$ 4.798,92 | R$ 2.097,88 | R$ 2.701,04 |
| Nível 08 | R$ 5.374,79 | R$ 2.349,62 | R$ 3.025,17 |
| Nível 09 | R$ 6.019,76 | R$ 2.631,57 | R$ 3.388,19 |

A Ação em nenhum momento requer uma “aplicação automática” da Lei, apenas a aplicação da**s** Lei**s**. A ação pede que sejam cumpridas as Leis, conforme a determinação de cada uma, ou seja, para o nível/referência inicial o valor não poderá ser inferior ao proporcional ao Piso Nacional, conforme Lei 11.738/08.

Posteriormente, já sendo aplicada a Lei Federal, requer que sejam observadas as Leis Estaduais, que se encontram em vigor, notadamente a Lei Estadual 5539/2009, a qual em seu art. 3º que não foi revogado em nenhum momento:

Art. 3º O vencimento-base dos cargos a que se refere a Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990, **guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências**.

Ou seja, após determinado o valor ao nível/referência inicial é obrigatório, conforme legislação em vigor, que o nível seguinte, qual seja o 2, tenha contabilizado 12% a mais que o 1, o 3 12% a mais que o 2, o 4 12% a mais que o 3, e assim por diante

Assim, sim, “*o piso nacional dos professores deve ser observado nos vencimentos iniciais das carreiras do magistério público*”, de fato, **e**, posteriormente determinado o valor mínimo do nível inicial, deve ser verificado, conforme art. 3º da Lei Estadual 5539/2009 os valores para os demais níveis/referências.

Se aplicar na prática o que o Estado sugere, a aplicação do piso **apenas** para o nível inicial teríamos o exemplo abaixo (utilizamos a mesma tabela do Docente I como exemplo):

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 22h | Piso Nacional 2023 | valor Estadual 2023 | Diferença 2023 | Aplicação conforme Estado deseja |
| Nível 01 | R$ 2.431,30 | R$ 1.062,85 | R$ 1.368,45 | **R$ 2.431,30** |
| Nível 02 | R$ 2.723,05 | R$ 1.190,38 | R$ 1.532,67 | R$ 1.190,38 |
| Nível 03 | R$ 3.049,81 | R$ 1.333,26 | R$ 1.716,55 | R$ 1.333,26 |
| Nível 04 | R$ 3.415,78 | R$ 1.493,22 | R$ 1.922,56 | R$ 1.493,22 |
| Nível 05 | R$ 3.825,67 | R$ 1.672,41 | R$ 2.153,26 | R$ 1.672,41 |
| Nível 06 | R$ 4.284,75 | R$ 1.872,68 | R$ 2.412,07 | R$ 1.872,68 |
| Nível 07 | R$ 4.798,92 | R$ 2.097,88 | R$ 2.701,04 | R$ 2.097,88 |
| Nível 08 | R$ 5.374,79 | R$ 2.349,62 | R$ 3.025,17 | R$ 2.349,62 |
| Nível 09 | R$ 6.019,76 | R$ 2.631,57 | R$ 3.388,19 | R$ 2.631,57 |

Ora, se seguíssemos o que o Estado do Rio de Janeiro defende (aplicação do piso apenas para o nível inicial), teríamos que o/a servidor(a) iniciaria a carreira recebendo R$ 2.431,30, sendo que após 5 anos subiria de nível com seu provento alterado de R$ 2.431,30 para R$1.190,38, ou seja, haveria uma redução de R$ 1.240,92. E isso apenas para aqueles que iniciam pelo nível/referência 1, pois nos cargos que se iniciam em 2, 3 ou 4 o servidor sequer iria receber conforme o piso em qualquer momento.

Resta claro, portanto, que o Estado não possui qualquer razão em suas alegações e que o motivo pelo qual não apresentou qualquer cálculo até o momento ocorre pelo fato de que com cálculos é cristalina a “aberração” jurídica que o Estado quer criar.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Tema 911 do STJ –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Colaciona-se abaixo a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça de nº 911:

A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, § 1º, ordena que **o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior**, não havendo determinação de incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente **ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais**.

Este tópico é uma continuação do tópico anterior, e não há motivos para a divisão em dois tópicos, o que apenas gera confusão, como objetiva o Estado Réu.

O Estado apresentou o que ele acredita serem as conclusões do que se pode extrair da leitura do Tema 911:

Da leitura do tema, extraem-se, com facilidade, as seguintes conclusões:

i. O **vencimento inicial** das carreiras do magistério público **deve equivaler ao piso nacional**;

ii. Quando houver **organização dos cargos em carreira, não há incidência automática nos vencimentos correspondentes aos níveis ou referencias**;

iii. **Não há reflexo imediato do reajuste do piso nacional sobre as demais vantagens e gratificações**;

iv. A incidência automática sobre toda a carreira ou reflexo sobre as vantagens e gratificações pode ocorrer se houver previsão na legislação local.

Contudo, o Tema 911 deve ser compreendido combinando o tema com as legislações pertinentes, no caso: Lei nº 11.738/08 e Lei Estadual nº 5.539/09 c/c Lei Estadual nº 1.614/ 1990.

**Após a criação da Lei nº 11.738/08** o Estado do Rio de Janeiro alterou a Lei Estadual nº 1.614/ 1990, Lei que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual no Estado do Rio de Janeiro. Sim, a Lei foi alterada, notadamente seus artigos 35 e 36 que foram revogados pela Lei Estadual nº 5.539/09 (art. 10). A revogação ocorreu simplesmente, pois a própria Lei 5.539/09 em seu art. 3º trouxe em sentido mais amplo as previsões, *in verbis*:

Art. 3º O vencimento-base dos cargos a que se refere a Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990, **guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências**.

Ou seja, após a Lei nº 11.738/08 determinar em seu art. 2º, § 1º que “*o piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais*”, o Estado criou uma Lei que claramente prevê o interstício de 12% (doze por cento) entre referências. Assim, claramente o Estado criou a repercussão automática da majoração do piso nacional sobre toda a carreira, caso contrário teríamos o resultado que verificamos no tópico anterior.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Da Inexistência de divergência jurisprudencial –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Com relação à divergência jurisprudencial, o Recorrente indicou como paradigma, em suas razões de Recurso Especial, um acórdão proferido pelo Tribunal de Santa Catarina, tratando-se do julgamento da Apelação n.º 0300747-71.2014.8.24.0023/SC.

Ocorre que o acórdão paradigma trazido pelo Recorrente, diferentemente do que aparenta, não questiona uma lei federal (até porque a Lei nº 11.738/2008 já foi declarada constitucional pelo STF), mas sim **duas leis estaduais distintas.**

Isto porque o Recorrente apresenta acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que não se discute a aplicação das Leis Estaduais do Estado do Rio de Janeiro, que são objetos em questão, não apresentando qualquer similitude ao presente caso.

Frisa-se que a base legal utilizada para aplicar a diferença de 12% entre os níveis/referências, discutido nesta demanda, não é a Lei Federal, mas a própria Lei Estadual, de forma que não é possível fazer qualquer paralelo com o Acórdão de Estado que não possua Lei similar à do Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, inexiste divergência jurisprudencial entre o acórdão paradigma e o acórdão recorrido.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Da Litigância de Má Fé –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

O Estado do Rio de Janeiro possui como tese de defesa a impossibilidade de ser aplicado o piso ao nível inicial e depois este ser adaptado à legislação estadual que prevê um escalonamento de 12% entre os níveis/referências.

A Tese, contudo, avança à litigância de má fé quando o Estado passa a afirmar que a Lei 5.539/2009 não estaria mais em vigor, estaria revogada, fato que é uma inverdade. Cumpre colacionar abaixo parte da peça Recursal do Estado do Rio de Janeiro:

A screenshot of a document

Description automatically generated

O art. 2º, § 1º da LINDB é muito claro quando afirma que “a *lei posterior revoga a anterior* ***quando expressamente o declare****, quando seja com ela* ***incompatível*** *ou quando* ***regule inteiramente a matéria*** *de que tratava a lei anterior”* e como já verificamos, e veremos de forma mais minuciosa, isso não aconteceu.

Inicialmente, é imperioso ressaltar que todas as legislações que foram citadas permanecem em vigor. Inclusive, é possível acessar essa informação diretamente no site da ALERJ, sendo certo que apenas alguns artigos foram revogados em situações em que houve algumas modificações, conforme art. 35 e 36 da Lei 1.614/90, pois o art. 3º da Lei 5.539/09 expressamente o alterou.

Contudo, como é possível verificar, não há qualquer determinação expressa que tenha revogado o referido art. 3º da Lei 5.539/09, este **não se mostrou incompatível** com qualquer alteração trazida pela Lei Estadual 6.384/2014, **Lei que não regula inteiramente a matéria**.

Como já demonstrado anteriormente, a Lei Estadual 6.384/2014 visou majorar o vencimento base dos professores, sem, contudo, respeitar o piso nacional. O próprio preambulo da Lei traz a informação: “*majora o vencimento-base das categorias funcionais que menciona*”.

O Estado, em uma total falta de honestidade, alega que a referida majoração na verdade seria a Lei disciplinando “*integralmente os contornos da remuneração dos profissionais da educação*”. E seria uma mera coincidência que a majoração obedeceu a diferença de 12% entre os níveis/referências? Absolutamente não, a Lei Estadual que determina o intervalo de 12% permanece em vigor e o Estado apenas majorou os valores respeitando (ao menos) a Lei Estadual.

O Estado do Rio de Janeiro não pode permanecer trazendo inverdades aos Autos e deve responder por seus atos. O Código de Processo Civil determina em seu art. 79 que “*responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente*” e assim deve ocorrer.

Conforme art. 80 do CPC considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa **contra texto expresso de lei** ou fato incontroverso;

II - **alterar a verdade dos fatos**;

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Ora, o Estado afirma que a Lei Estadual 5.539/09 estaria revogada, o que de fato **não está**. O Estado alega que não há previsão de aplicação do Piso Nacional a outros níveis/referências que não o inicial, o que é uma inverdade. Assim, resta clara a litigância de má fé do Estado do Rio de Janeiro, que deve responder conforme previsões do art. 81 do CPC.

1. **DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, a Recorrida requer, preliminarmente, que seja **inadmitido** o Recurso Especial, pois:

1. O acórdão recorrido está conforme a jurisprudência do STJ;
2. o Recorrente pretende revolver questões de fato, o que não é admitido em sede de recurso especial por força da Súmula 7 deste E. STJ; e
3. não houve violação a nenhuma Lei Federal, o Recorrente tenta discutir lei local em âmbito dos Tribunais Superiores, o que é incabível conforme súmula 280/STF;
4. não houve a devida demonstração de dissídio jurisprudencial.

Caso superadas as matérias preliminares suscitadas e admitido o recurso Especial – o que se admite puramente em respeito ao princípio da eventualidade -, tal recurso deverá ser desprovido em seu mérito, consoantes as razões já expostas, mantendo o Acórdão Recorrido em sua plenitude.

Ainda, requer a majoração da condenação do Recorrente quanto aos honorários advocatícios conforme art. 85, §1º do NCPC, em razão do recurso interposto, aumentando ao patamar máximo.

Niterói, 15 de dezembro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **LIZ WERNER**  **OAB/RJ 184.888** | **THIAGO JOSÉ AGUIAR DA SILVA**  **OAB/RJ 213.181** |